



Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE
DO SUL – CREA RS**
Porto Alegre – RS

Opinião Com Ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul – CREA RS (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações da variação patrimonial, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul – CREA RS em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Dívida Ativa – Fragilidade nos controles

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo contábil da Dívida Ativa a receber é de R\$ 16.213 mil enquanto o relatório de controle auxiliar apresenta o saldo de R\$ 9.288 mil, apresentando uma divergência de R\$ 6.925 mil.

Créditos a Receber – Fragilidade nos controles

O saldo da conta Créditos a Receber para inscrição em Dívida Ativa, em 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 1.703 mil, para o qual não foi apresentado relatório auxiliar ou composição analítica para suporte ao registro contábil.

Imobilizado e Intangível - Fragilidade nos controles

Os controles mantidos sobre o Ativo Imobilizado e Intangível não garantem que o saldo de R\$ 13.738 mil e R\$ 3.381 mil, respectivamente, líquidos de depreciação e amortização, em 31 de dezembro de 2017, estejam adequadamente apresentados.



Auditores Independentes

Estudos anuais sobre a vida útil de imobilizados e intangível

A administração da entidade não realizou as análises de vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis, conforme determinado pelo advento da Lei 11.638/07 e pronunciamentos contábeis CPC 27 – Ativo Imobilizado, sua interpretação ICPC 10 e pronunciamento contábil CPC 04 – Ativos Intangíveis, sendo que os efeitos dessa revisão de vida útil deveriam ter sido ajustados, de forma prospectiva, a partir de 01 de janeiro de 2010. Conseqüentemente, não foi possível satisfazer-mos, por meio de outros procedimentos de auditoria, os possíveis efeitos contábeis sobre os saldos de depreciação acumulada e amortização acumulada registrados no ativo não circulante da instituição.

Teste de Impairment – Imobilizado e Intangível

A administração da entidade, em 31 de dezembro de 2017, não apresentou o teste de recuperabilidade de Ativos, *impairment*, conforme requer a NBC TG 01(R4) – Valor Recuperável de Ativos, não sendo possível estimar os possíveis efeitos patrimoniais e no resultado, caso a entidade tivesse aplicado o referido teste.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram emitidos com as seguintes ressalvas de opinião: Estudos anuais sobre vida útil de imobilizados e intangíveis: Não foram realizadas análises para determinação da expectativa de vida útil dos ativos imobilizados e intangível conforme determinado pelo CPC 27 – Ativo Imobilizado, sua interpretação ICPC 10 e pronunciamento CPC 04 – R3, ressalva mantida em 2017 conforme paragrafo de base de opinião para ressalva; Teste de recuperabilidade sobre os ativos (Teste de Impairment): A administração da entidade não efetuou o teste de recuperação dos registros de Imobilizado e Intangível, ressalva mantida em 2017 conforme paragrafo de base de opinião para ressalva; Dívida ativa: Foi identificado uma diferença apurada em 2016 de R\$ 5,660 milhões em 2015 e R\$ 4,798 milhões nos saldos de dívida ativa a receber, ressalva mantida em 2017 conforme paragrafo de base de opinião para ressalva; Processos no TRT – Bloqueio Judicial: impossibilidade de expressar opinião devido à falta de conciliações em 2016, no exercício de 2017 as conciliações foram realizadas; Contas a Receber – Anuidades: Contabilização dos recebimentos de anuidades por regime de caixa gerou uma diferença não contabilizada em receitas no valor de R\$ 4,144 milhões, prática regularizada no exercício de 2017.



Audidores Independentes

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

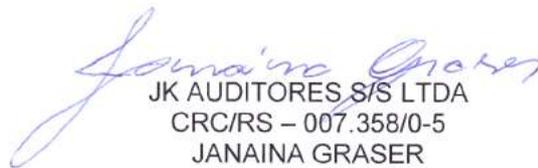


Auditores Independentes

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 21 de março de 2018



JK AUDITORES S/S LTDA
CRC/RS – 007.358/0-5
JANAINA GRASER
CRC/RS – 69.193/0-7
Responsável Técnica

01.466.254/0001-62

JK AUDITORES S/S LTDA-EPP
RUA RIBEIRO CANCELA, 55-SALA 904
MENINO DEUS-CEP 90.110-320
PORTO ALEGRE-RS